

Tenho a honra e o prazer de transmitir, nesta oportunidade, ao eminente e culto Desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, a Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo e, via de consequência, a Chefia do Poder Judiciário Estadual.

Ligo-me ao estimado colega Desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama por fraternos e antigos laços de amizade, estabelecidos durante nossa juventude e estendidos, hoje, às nossas queridas famílias.

Dessa convivência tão próxima, posso dar testemunho das virtudes pessoais do Desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama. Avô generoso, pai amoroso de Paula e de Flávia, marido apaixonado de Patrícia e cristão convicto de sua fé religiosa, tenho certeza de que o Desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama exercerá, com firmeza e brilhantismo, a Presidência deste Egrégio Tribunal de Justiça.

Egresso do Ministério Público Estadual, onde alí deixou as marcas de sua passagem, como Promotor e como Procurador de Justiça, o Desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama tem sido, nesta Casa, uma

segura referência para todos nós, seus colegas, graças a sua cultura, a sua independência e a seus notáveis conhecimentos jurídicos, sobretudo na área do Direito Penal.

Desejo ao estimado e fraterno colega Desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama seja ele muito feliz, pessoal e funcionalmente, à frente do Poder Judiciário Estadual e, ao concluir seu biênio, tenha a agradável sensação do dever exemplarmente cumprido.

Encerro, hoje, meu biênio à frente da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça

e, via de consequência, da Chefia do Poder Judiciário Estadual.

Ao longo desses últimos dois anos, consagrei minhas melhores energias às tarefas que me cometeram meus estimados e fraternos colegas Desembargadores.

Ao assumir a Presidência desta Corte, naquela tarde de dezembro de 2015, antevi que experimentaria, durante meu mandato, momentos difíceis e, certamente, dolorosos.

Observei, naquela oportunidade, que, “...no propósito de atender às novas e

justas exigências da sociedade capixaba...” , de prestigiar os servidores e dar a necessária dignidade à Magistratura Capixaba - tudo isso coincidindo com a mais grave crise econômica que se abatera sobre o País e sobre o Espírito Santo nos últimos 50 (cinquenta) anos, o Poder Judiciário Estadual tinha superado, involuntariamente, todos os limites de gasto de pessoal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, circunstância que iria impor a adoção de medidas duríssimas, como a redução, em prazo razoavelmente exíguo, de despesas essenciais ao funcionamento da instituição.

Nesse sentido, vi-me na contingência de adotar, desde o dia imediato ao de minha posse, uma série de providências e iniciativas, todas, confesso - sob o aspecto pessoal - muito dolorosas para mim, mas o fiz na certeza de estar cumprindo a Constituição e as leis, que havia jurado cumprir.

Ao assumir a Presidência deste Egrégio Tribunal de Justiça, o Poder Judiciário Estadual dispendia 6,30% (seis vírgula trinta por cento) da receita corrente líquida estadual em despesas de pessoal, quando a Lei de Responsabilidade Fiscal - como é de sabinça geral - estabelece o

percentual máximo de 6,00% (seis por cento). E mais angustiante: tinha-se o prazo, até o mês de abril deste ano, conforme deliberação do Colendo Tribunal de Contas Estadual, para reduzir a despesa de pessoal do Poder Judiciário Estadual para o patamar de 6,00% (seis por cento). Pois bem: dois meses antes do prazo estabelecido, ou seja, no mês de fevereiro de 2017, o Poder Judiciário Estadual já havia reduzido suas despesas de pessoal para o patamar de 5,98% (cinco vírgula noventa e oito por cento), cumprindo, assim, rigorosamente, e dentro do prazo respectivo, a previsão constante da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Transmito ao Desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama a Presidência deste Egrégio Tribunal de Justiça com o Poder Judiciário Estadual gastando, com pessoal, o índice de 5,66% (cinco vírgula sessenta e seis por cento) da receita corrente líquida estadual, segundo o último dado divulgado pelo Colendo Tribunal de Contas Estadual, o que permitirá a S. Ex. atender, muito brevemente, a legítimos e justos pleitos (de magistrados e servidores) que, infelizmente, não tive como atender, muito embora a todos eles estivesse eu profundamente sensível.

Durante esse biênio que se encerra, e apesar da grave crise financeira e orçamentária, tive o prazer de inaugurar o novo Fórum da Comarca de Anchieta, obra iniciada por meu ilustre antecessor, o eminente e culto Desembargador Sérgio Bizzotto Pessoa de Mendonça; ainda neste biênio, procedi à inauguração das obras de revitalização do Fórum da Comarca de Guarapari, transformando aquela unidade judiciária em uma das mais modernas do Espírito Santo e observadas, nestas obras de revitalização, todas as exigências arquitetônicas e funcionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, especialmente no que tange a sua acessibilidade; tive o

prazer, ainda, de inaugurar, no último mês de novembro, o Centro Avançado dos Juizados da Infância e da Juventude de Vitória (considerado um dos mais modernos, senão o mais moderno do País) e onde passaram a funcionar todas as Varas de Infância e Juventude de Vitória, com instalações condignas para Juízes, membros do Ministério Público, integrantes da Defensoria Pública, Advogados, Psicólogos, Assistentes Sociais e Comissários da Infância e da Juventude e onde também foram implantados os virtuosos projetos denominados “Meu Pai é Legal”, “Depoimento Sem Dano” e “Justiça Restaurativa”; tive o prazer, ainda, de inaugurar, há dias, o novo Fórum Cível da

Serra - uma antiga e legítima reivindicação de magistrados, servidores e advogados - um prédio com mais de 6.500 m². de área construída, que abrigará 18 Varas e que atende a todas às exigências do Conselho Nacional de Justiça, em termos de funcionalidade e de acessibilidade. E daqui a, aproximadamente, cinco meses, o Desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, já na condição de Presidente deste Egrégio Tribunal de Justiça, poderá proceder à inauguração do novo Fórum da Comarca de Mimoso do Sul, substituindo o prédio atual, bastante antigo e que sequer atende às mínimas exigências de segurança e de acessibilidade.

Paralelamente a isto, deixo encaminhada a melhoria e modernização das instalações físicas do Fórum de Vitória. Minha primeira visita, após assumir a Presidência deste Egrégio Tribunal de Justiça, foi, exatamente, ao Fórum de Vitória, ameaçado, à época, inclusive, de interdição por parte do Conselho Nacional de Justiça. Imediatamente, foram retiradas do Fórum de Vitória as 9 (nove) Varas de Fazenda Pública, possibilitando uma melhor organização dos respectivos espaços físicos. As obras de melhoria e ampliação do Fórum de Vitória dar-se-ão, também, pela incorporação de dois prédios, no Centro da Cidade, pelo Poder

Judiciário Estadual, em cessões gratuitas já regularmente formalizadas: um, por parte do Governo do Estado; outro, por parte da União Federal. Os projetos de reforma desses prédios já estão sendo diligenciados pelo setor competente, deste Egrégio Tribunal de Justiça.

Firmou-se, também, neste biênio, convênio com o Governo do Estado, através da Polícia Militar, no sentido de que fossem disponibilizados, em favor do Poder Judiciário Estadual, para a segurança institucional do Tribunal de Justiça e dos Fóruns do Estado, de policiais-militares da reserva. Hoje, já temos à disposição do Poder

Judiciário Estadual, 90 (noventa) policiais-militares da reserva, com possibilidade de se atender, até o final do ano de 2018, todas as unidades judiciárias do Espírito Santo. Essa providência representa economia de recursos públicos nos gastos com segurança privada, sem necessidade de retirada das ruas de policiais-militares da ativa, tão necessários à segurança coletiva.

Criou-se, neste biênio, também, a Central de Agendamento de Veículos do Poder Judiciário Estadual, de tal forma que, após sua implantação, todas as Comarcas do Espírito Santo, mediante prévio agendamento, passaram a ser atendidas por veículos,

inclusive veículos especiais – e tudo isso feito com redução da frota terceirizada e conseqüente diminuição de recursos financeiros.

A modernidade ainda impôs uma atenção especial à área de tecnologia da informação e comunicação. Criou-se o Comitê de Governança de TI e melhoraram-se as condições físicas de trabalho da Secretaria de Tecnologia da Informação.

Firmou-se, igualmente, convênio através do qual se implantou (primeiramente, apenas, no âmbito do segundo grau) o SEI – Sistema Eletrônico de Informações, que

permite que os procedimentos administrativos deste Egrégio Tribunal de Justiça tramitem eletronicamente, com expressivo ganho de tempo e economia de insumos. Nessa primeira etapa, todos os procedimentos licitatórios e comunicações internas, a partir de sua instalação, já estão sendo operacionalizados pelo SEI.

Por outro lado, deu-se prioridade institucional à implantação do processo judicial eletrônico, nas competências de (1) execuções fiscais estaduais e municipais, (2) juizados especiais cíveis e (3) turmas recursais. Deixo a Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça com 96 unidades

judiciárias funcionando, total ou parcialmente, com o Pje, e por onde já tramitam, hoje, mais de 34 mil processos judiciais.

Ainda neste biênio, o Poder Judiciário Estadual firmou convênio com o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Fazenda, permitindo que o pagamento das taxas e emolumentos judiciais pudesse ser procedido na rede bancária nacional e, não, exclusivamente, junto ao banco oficial estadual, e com o que se atendeu a um pleito - justo e antigo - da classe dos advogados.

Implantou-se, também, neste biênio – graças ao esforço e dedicação do eminente e culto Desembargador Samuel Meira Brasil Júnior, Diretor da Escola da Magistratura, o programa de ensino à distância, destinado a magistrados e servidores. Com esta iniciativa, o Poder Judiciário Estadual poderá incrementar a realização de cursos à distância, sem prejuízo de sua qualidade acadêmica e com gigantesca economia de tempo e de recursos financeiros.

O que se fez neste biênio, em termos de realizações, não foi – nem teria como ser diferente - obra exclusivamente minha. Foi uma obra coletiva de magistrados

e servidores, aos quais manifesto, nesta oportunidade, meu melhor e mais sincero agradecimento. Serei sempre grato a todos os que, de qualquer maneira, tenham contribuído para esse trabalho de melhoria e modernização do Poder Judiciário Estadual.

Desejo consignar, publicamente, meus melhores e mais sinceros agradecimentos ao eminente e culto Desembargador Fábio Clem de Oliveira, que exerceu, neste biênio que agora se encerra, as funções de Vice-Presidente deste Egrégio Tribunal de Justiça. Pude contar, ao longo destes dois anos, com o permanente apoio e a desvanecedora solidariedade de S. Exa,

sobretudo naqueles momentos mais difíceis e mais angustiantes de minha gestão. Nestes últimos dois anos, descobri, no Desembargador Fábio Clem de Oliveira, além de um colega fraterno, um amigo leal e solidário. Parafraseando Chico Xavier, diria que “a mais bela flor do mundo perde sua beleza, mas uma amizade fiel dura para a eternidade”.

Quero manifestar, também, meus agradecimentos ao eminente e culto Desembargador Ronaldo Gonçalves de Sousa – estimado colega de turma da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo - e que, à frente da douta

Corregedoria-Geral de Justiça, neste biênio que se encerra, exerceu seu “mister” com rara firmeza e brilhantismo.

Desejo manifestar meus agradecimentos ao Chefe do Poder Executivo Estadual, o eminente Governador Paulo César Hartung Gomes, cujo relacionamento, sempre cordial e fraterno, foi mutuamente pautado por princípios éticos e republicados. Quero agradecer, também, ao Chefe do Poder Legislativo Estadual, o ilustre Deputado Erick Musso (e a todos os Deputados Estaduais), de quem sempre recebi manifestações de apreço (e envolvo, neste agradecimento, de modo especial), o ilustre Deputado Theodorico de

Assis Ferração, que presidiu a Assembléia Legislativa durante o meu primeiro ano à frente deste Egrégio Tribunal de Justiça. Manifesto meus agradecimentos, também, ao Ministério Público Estadual, na pessoa de seus Procuradores e Promotores de Justiça - instituição pela qual, por razões sentimentais, de conhecimento de todos, tenho uma profunda estima pessoal. Agradeço, de igual modo, ao Colendo Tribunal de Contas Estadual, na pessoa de seus ilustres Conselheiros, e ao Ministério Público de Contas, na pessoa de seus dignos Procuradores, que sempre se revelaram sensíveis às agruras do Poder Judiciário Estadual.

Quero agradecer, por fim, de modo muito especial, àqueles que atuaram mais próximos a mim, àqueles que, no assessoramento direto e imediato da Presidência, ignoraram, com grandeza de espírito, a cronologia das horas e dos dias.

Às famílias dos meus assessores mais próximos (Juízes ou servidores), peço sinceras desculpas pelas horas das noites e, especialmente, pelas tardes dos sábados, que lhes roubei a companhia e a convivência. Ser-lhes-ei eternamente grato e reconhecido.

À minha família, particularmente a Cynthia (minha companheira solidária de vida e de sonhos), a Júnia, a Guilherme, a Mariana e a André, peço desculpas pelos raros momentos de convivência ao longo desses últimos dois anos, em que desafiei, até mesmo, minha resistência física. Não foram poucas as ocasiões em que, após um longo e exaustivo dia de trabalho, tive de prosseguir, no recesso do lar, ao exame de matérias e assuntos que o tempo não me permitiram apreciar ao longo do dia e que reclamavam uma decisão ou uma solução urgente. Nestas oportunidades, tive, como companhia, o inquietante silêncio das madrugadas. Agora, despojado dos encargos da Presidência do

Egrégio Tribunal de Justiça e com a próxima chegada de Theo – um neto que será tão querido quanto Mariana - prometo-lhes dedicar mais tempo, mais atenção e mais carinho.

Retorno, doravante, neste Egrégio Tribunal de Justiça, ao exercício pleno e exclusivo da judicatura. Vou voltar a me debruçar sobre os processos judiciais, cada qual representando, página após página, a inquietude, a angústia e a esperança das partes. E, ao fazê-lo, quero renovar a Deus o mesmo pedido que, humildemente, lhe fiz quando assumi o cargo de Desembargador, deste Egrégio Tribunal de Justiça, nos idos de

1998: rogo a Deus que, em sua infinita bondade, inspire minhas decisões e faça de mim um instrumento da Sua Justiça – da Justiça que Ele soube plantar e replantar no coração de todos os homens e de todas as mulheres.